

**LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O USO DA *CANNABIS*  
MEDICINAL NO BRASIL  
BIBLIOGRAPHIC SURVEY ON THE USE OF MEDICINAL *CANNABIS* IN BRAZIL**

---

**Marlon Oliveira Teixeira de França**

Graduando do Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário São José.

**Fábio Marques de Oliveira**

Prof. Me. Em Ensino de Ciências da Natureza

## **RESUMO**

A maconha tem sido usada terapêuticamente desde antigas civilizações e, recentemente, seu potencial medicinal tem atraído crescente interesse científico. No Brasil, o cultivo da maconha é ilegal, dificultando o acesso dos pacientes a medicamentos, mesmo com a liberação da ANVISA para uso medicinal de substâncias extraídas da *Cannabis Sativa*. A fabricação nacional não regulamentada e a necessidade de importação elevam os custos dos medicamentos. Historicamente, o uso de substâncias psicoativas, incluindo a *cannabis*, é uma prática enraizada no Brasil, especialmente entre comunidades escravizadas, levando à sua estigmatização e criminalização. A revisão histórica e legislativa demonstra a importância crescente do uso medicinal da *cannabis* no Brasil, apoiada por evidências científicas robustas sobre seu potencial terapêutico. Estudos indicam benefícios em várias condições, como alívio de dor crônica, espasticidade associada à esclerose múltipla, transtorno do espectro autista, entre outras. Contudo, a legislação atual, apesar de representar um avanço, ainda precisa ser mais inclusiva e flexível para facilitar o acesso dos pacientes aos tratamentos. Melhorar a flexibilidade legislativa, reduzir a burocracia e facilitar o acesso aos tratamentos à base de *cannabis* aumentaria a qualidade de vida dos pacientes e estimularia o desenvolvimento econômico, criando empregos e oportunidades de negócios, alinhando o Brasil com as tendências globais. Esta pesquisa utilizou uma revisão bibliográfica na plataforma Scielo, focando em artigos dos últimos 20 anos, com os termos "legalização da *cannabis*", "*cannabis* medicinal" e "maconha no Brasil", resultando em 88 artigos. Após a análise dos títulos e resumos, 36 foram selecionados, dos quais 10 foram lidos integralmente e incluídos na pesquisa por sua relevância para o uso terapêutico e a legislação da *cannabis* no Brasil. O objetivo é descrever o andamento da legislação brasileira, a história da *cannabis* no Brasil e os benefícios do uso para determinadas doenças.

**Palavras-chave:** Legalização, *Cannabis* Medicinal, Maconha

## ABSTRACT

Marijuana has been used therapeutically since ancient civilizations, and recently its medicinal potential has attracted increasing scientific interest. In Brazil, the cultivation of marijuana is illegal, making it difficult for patients to access medicines, even with ANVISA's authorization for medicinal use of substances extracted from *Cannabis Sativa*. Unregulated national manufacturing and the need for imports increase the costs of medicines. Historically, the use of psychoactive substances, including cannabis, is a deep-rooted practice in Brazil, especially among enslaved communities, leading to their stigmatization and criminalization. The historical and legislative review demonstrates the growing importance of the medicinal use of cannabis in Brazil, supported by robust scientific evidence on its therapeutic potential. Studies indicate benefits in several conditions, such as relief from chronic pain, spasticity associated with multiple sclerosis, autism spectrum disorder, among others. However, current legislation, despite representing progress, still needs to be more inclusive and flexible to facilitate patients' access to treatments. Improving legislative flexibility, reducing bureaucracy and facilitating access to cannabis-based treatments would increase patients' quality of life and stimulate economic development, creating jobs and business opportunities, aligning Brazil with global trends. This research used a bibliographic review on the Scielo platform, focusing on articles from the last 20 years, with the terms "cannabis legalization", "medical cannabis" and "marijuana in Brazil", resulting in 88 articles. After analyzing the titles and abstracts, 36 were selected, of which 10 were read in full and included in the research due to their relevance to the therapeutic use and legislation of cannabis in Brazil. The objective is to describe the progress of Brazilian legislation, the history of cannabis in Brazil and the benefits of its use for certain diseases.

**Keywords:** Legalization, Medicinal *Cannabis*, Marijuana

## INTRODUÇÃO:

A maconha é reconhecida por seus diversos benefícios terapêuticos, cujo uso remonta a antigas civilizações, onde era empregada no tratamento de uma variedade de condições. O crescente interesse na *Cannabis* medicinal reflete uma nova valorização de seu potencial terapêutico. Ao longo da história, diversas culturas exploraram os benefícios medicinais da maconha, e recentemente, o interesse científico em suas propriedades terapêuticas tem aumentado consideravelmente.

O cultivo da maconha é ilegal no Brasil, o que dificulta o acesso dos pacientes aos medicamentos, mesmo após a liberação da ANVISA quanto ao uso de medicamentos com substâncias extraídas da *Cannabis Sativa* para uso medicinal. O custo dos remédios é elevado, uma vez que precisam ser importados, pois sua fabricação no país ainda não está regulamentada.

A legislação relacionada à *Cannabis* tem sido objeto de debate e revisão, resultando em mudanças significativas em relação ao uso medicinal da planta,

especialmente com a permissão de prescrição de medicamentos contendo canabidiol (CBD).

A complexidade das regulamentações em torno da *Cannabis* medicinal reflete uma tensão entre considerações de saúde pública, controle de substâncias e direitos individuais. Apesar dos avanços nas políticas e na compreensão científica, permanecem desafios significativos no acesso dos pacientes a tratamentos eficazes, devido à falta de regulamentação clara e à disponibilidade limitada de medicamentos no mercado.

Diante disso, é importante continuar pesquisando e debatendo o papel da *Cannabis* na medicina contemporânea, garantindo que políticas e regulamentações sejam baseadas em evidências sólidas e considerem as necessidades dos pacientes. A colaboração entre pesquisadores, profissionais de saúde, formuladores de políticas e a sociedade civil será essencial para garantir que os tratamentos à base de *Cannabis* sejam seguros, eficazes e acessíveis a todos que deles necessitam.

Ao observar a carência existente na busca acadêmica sobre o uso de *Cannabis* para fins medicinais, bem como atribuições da legislação brasileira sobre o tema, notou-se a possibilidade de elaborar uma pesquisa de pesquisa visando realizar um levantamento bibliográfico sobre o que já foi publicado e está em vigência acerca do assunto no nosso país. Além desta carência que proporciona a oportunidade de realizar o trabalho, existe também a motivação pessoal do autor, admirador e entusiasta sobre o assunto. Na coleta de dados, foram realizadas buscas de artigos na plataforma Scielo, utilizando palavras-chave como “legalização da *cannabis*”, “*cannabis* medicinal” e “maconha no Brasil” As buscas não limitaram-se a um recorte temporal de 20 anos, com restrição quanto ao idioma brasileira, que é o país foco da pesquisa.

O objetivo da pesquisa, portanto, é descrever qual o andamento da legislação brasileira sobre o assunto, a história da *cannabis* no Brasil e os benefícios do uso para determinadas doenças.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **1. Análise histórica**

A *Cannabis Sativa* é conhecida popularmente como maconha e possui valor terapêutico significativo. É uma das plantas mais antigas que o homem conhece. A potência medicinal da planta está relacionada a seus mais de 420 compostos químicos existentes, entre eles estão os fitocanabinóides, compostos nitrogenados, aminoácidos, proteínas, hidrocarbonetos, álcoois, aldeídos, cetonas, ácidos simples e ácidos graxos, ésteres, esteróides, açúcares, terpenos, fenóis não - canabinóides, glicosídeos, vitaminas e pigmentos (HONÓRIO; ARROIO & SILVA, 2006). É interessante observar como a natureza conseguiu reunir uma gama tão ampla de substâncias em uma única planta, o que pode explicar a variedade de efeitos observados no uso da *Cannabis* para fins medicinais.

A história do Brasil está intrinsecamente entrelaçada com o uso de substâncias psicoativas. Desde os primeiros habitantes da terra, o consumo de plantas capazes de alterar os sentidos era uma prática comum, associada às sensações obtidas. Além disso, venenos de plantas e animais eram amplamente utilizados em caçadas e guerras, sendo que apenas alguns detinham o conhecimento sobre suas propriedades medicinais ou tóxicas. No contexto da colonização, essa dinâmica social evoluiu, demandando a regulação por parte do governo. O exercício do poder governamental baseava-se no consenso e na subordinação à vontade da população, visando a aproximação dos objetivos e interesses comuns. Nesse contexto, o Estado atuava como o centro organizador das diversas facções da sociedade, garantindo sua coesão e funcionamento harmonioso (FILHO & NETO, 2023). A história do uso de substâncias psicoativas no Brasil mostra uma trajetória de controle e regulação. No entanto, a legalização da *cannabis* medicinal representa uma mudança importante, refletindo uma compreensão moderna e baseada em evidências dos benefícios da planta. É essencial que essa legalização seja acompanhada por regulamentações claras e eficazes para maximizar os benefícios terapêuticos e minimizar os riscos associados. Dessa forma, o Brasil pode avançar em direção a políticas de droga mais progressistas e centradas no bem-estar dos seus cidadãos.

Paralelamente, a história da criminalização da maconha no Brasil remonta a esses períodos antigos e se estende até os dias atuais. A inserção da *cannabis* está diretamente ligada à chegada dos escravos ao Brasil, sendo seu consumo culturalmente enraizado

na comunidade negra. Expressões da época, como "Fumo de negro", "Pito do Pango" e "Fumo de Angola", evidenciam essa associação (ELIAS, OLIVEIRA & BARBOSA, 2020). A marginalização e a repressão das práticas culturais dos escravos e suas descendências contribuíram para a estigmatização da *cannabis*. Compreender essa história é crucial para abordar as atuais políticas de drogas de forma mais justa e inclusiva, reconhecendo os impactos sociais e culturais da criminalização

No entanto, à medida que há um avanço para uma compreensão mais holística e progressiva sobre a *cannabis*, emerge a perspectiva de uma mudança significativa com uma legislação mais inclusiva e específica. Com uma estrutura legal mais sólida e direcionada, surgem oportunidades não apenas para avanços no campo dos tratamentos médicos, mas também para o desenvolvimento de negócios industriais relacionados ao uso da *cannabis* (MARTINS & POSSO, 2023). A perspectiva de uma legislação mais inclusiva e específica sobre a *cannabis* no Brasil representa um avanço significativo, não apenas em termos de saúde pública, mas também para o desenvolvimento econômico e industrial. Uma estrutura legal sólida pode garantir que os benefícios terapêuticos da *cannabis* sejam amplamente acessíveis, enquanto regulações claras promovem a segurança e eficácia no uso medicinal. Além disso, a regulamentação do mercado de *cannabis* pode estimular a economia, criando empregos e oportunidades de negócios, ao mesmo tempo que reduz o mercado ilegal. Portanto, essa abordagem holística e progressiva é fundamental para alinhar o Brasil com tendências globais, promovendo uma sociedade mais saudável e economicamente dinâmica.

## **2. Legislação atual**

No ano de 2019, a ANVISA dispôs uma autorização sanitária para a fabricação e a importação de produtos a base de compostos da *Cannabis* para fins medicinais, estabeleceu também requisitos para a comercialização, prescrição, a dispensação, o monitoramento e a fiscalização dos mesmos (ANVISA, 2019). Ao estabelecer requisitos para a comercialização, prescrição, dispensação, monitoramento e fiscalização desses produtos, a ANVISA demonstrou um compromisso com a segurança e a eficácia dos tratamentos à base de *Cannabis*. Estes requisitos visam garantir que os produtos

sejam fabricados e comercializados de acordo com padrões de qualidade rigorosos, e que sejam prescritos e utilizados de forma responsável e adequada pelos profissionais de saúde. Além disso, a decisão da ANVISA também promoveu uma maior transparência e regulamentação no mercado de produtos à base de *Cannabis*, contribuindo para combater a comercialização ilegal e garantir que os pacientes tenham acesso a produtos seguros e de qualidade.

O produto pode ser receitado, porém, sujeito a certas condições, sendo reservado para cuidados paliativos: assistência a pacientes cujas doenças não respondem mais a tratamentos curativos convencionais, visando melhorar a qualidade de vida. Sua prescrição é limitada a profissionais médicos devidamente autorizados pelo Conselho Federal de Medicina (CRM), e sua dispensação requer a apresentação de uma Receita de Notificação específica, emitida exclusivamente por médicos, em conformidade com os requisitos da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, e suas atualizações (ANVISA, 2019). A exigência de que apenas profissionais médicos autorizados pelo Conselho Federal de Medicina (CRM) possam prescrever produtos à base de *Cannabis* é uma medida de segurança importante. Isso garante que apenas profissionais devidamente qualificados e familiarizados com o histórico médico e as necessidades específicas de cada paciente estejam tomando decisões sobre o uso desses tratamentos. No entanto, é essencial garantir que essas restrições não impeçam o acesso legítimo a tratamentos à base de *Cannabis* para pacientes que podem se beneficiar deles. É importante que o processo de prescrição e dispensação seja eficiente e acessível, para que os pacientes que preencham os critérios adequados possam receber o tratamento de que precisam sem atrasos desnecessários ou burocracia excessiva.

### **3. A importância da *cannabis* medicinal no Brasil**

A revisão histórica no Brasil do uso medicinal da *cannabis* abrange uma variedade de doenças, com evidências substanciais apoiando sua eficácia em diferentes tipos de patologias, como a cefaléia, incluindo enxaqueca e cefaléia em salvas. A base de evidências é favorável ao uso da *cannabis* medicinal para alívio da dor está alicerçada em extensa pesquisa científica, elucidando o sistema endocanabinóide e as propriedades e mecanismos de ação dos fitocanabinoides no sistema nervoso central e periférico

(MARTINS & POSSO, 2023). A ANVISA, ao estabelecer regulamentações para a fabricação, prescrição e dispensação de produtos à base de *cannabis*, demonstra um compromisso com a segurança e eficácia desses tratamentos. O alicerce científico robusto, incluindo a pesquisa sobre o sistema endocanabinóide e os fitocanabinoides, justifica a inclusão da *cannabis* medicinal no arsenal terapêutico, assegurando que os produtos atendam a padrões de qualidade rigorosos e sejam prescritos de maneira responsável.

Os resultados de pesquisas mostram resultados encorajadores para o uso medicinal da *cannabis* no alívio da enxaqueca, relatando benefícios tanto a curto quanto a longo prazo. Esses benefícios incluem a redução da ingestão diária de analgésicos, diminuição da dependência e diminuição da intensidade da dor (SANTIAGO & LIMA, 2023). Os resultados encorajadores das pesquisas sobre o uso medicinal da *cannabis* no alívio da enxaqueca, incluindo a redução da ingestão diária de analgésicos e a diminuição da intensidade da dor, reforçam a necessidade de regulamentações adequadas, como as estabelecidas pela ANVISA. As medidas de segurança e os requisitos de prescrição são essenciais para garantir que os pacientes possam se beneficiar desses tratamentos de forma segura e eficaz, minimizando a dependência de analgésicos tradicionais e melhorando a qualidade de vida.

Há relatos em estudos no Brasil que a planta possui ação broncodilatadora, utilizada no alívio de dores e espasmos musculares, em convulsões epiléticas, na redução da pressão intraocular do glaucoma, no aumento do apetite, ganho de peso e no alívio de náuseas e vômitos em pacientes que fazem tratamento de câncer e portadores de do vírus da imunodeficiência humana (HIV) (HONÓRIO; ARROIO & SILVA, 2006). Esses benefícios indicam seu potencial significativo no tratamento de várias condições médicas, sublinhando a importância de explorar mais profundamente suas propriedades medicinais.

Além de seu uso na epilepsia, Carneiro e Morgadinho (2019) ainda citam a utilização da planta no tratamento da espasticidade associada à esclerose múltipla e a lesões medulares, dor crônica, Síndrome de Gilles de la Tourette, doenças neuromusculares, doenças do movimento, demências e cefaléias crônicas. Os diversos usos terapêuticos demonstram o potencial da *cannabis* em tratar uma variedade de

condições complexas e desafiadoras, oferecendo novas esperanças e alternativas para pacientes que enfrentam essas enfermidades.

Estudos com o CBD demonstraram melhorias significativas na interação social e comunicação, sugerindo um possível papel importante no controle do transtorno do espectro autista (TEA) (NASCIMENTO & DALCIN, 2019). Esses resultados promissores indicam que o CBD pode ser uma ferramenta valiosa para melhorar a qualidade de vida e as habilidades sociais de indivíduos com TEA, destacando a necessidade de continuar investigando suas aplicações terapêuticas.

#### 4. Metodologia

Durante a coleta de dados, pesquisas de artigos foram conduzidas no *Scielo Brasil* (Biblioteca Eletrônica Científica Online), usando termos-chave como “legalização da *cannabis*”, “*cannabis* medicinal” e “maconha no Brasil”, entre aspas de acordo com a tabela abaixo (Tabela 1), a qual contém também a quantidade de resultados obtidas em cada pesquisa realizada, todos com filtro de busca no país Brasil, e com o período de busca limitado a 20 anos, onde totalizaram 88 artigos. Foi essencial utilizar a referência da Anvisa. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Publicada norma sobre produtos derivados da *Cannabis*. Portal Anvisa, 2019, para a fundamentação do trabalho, pois essa norma fornece diretrizes regulatórias cruciais e atualizadas sobre o uso de produtos derivados da *cannabis* no Brasil, garantindo que a pesquisa esteja alinhada com a legislação vigente e as práticas recomendadas pela autoridade sanitária do país.

**Tabela 1.** Resultados obtidos em cada busca a partir da combinação dos termos-chaves.

<b>Termo-chave</b>	<b>Quantidade de resultados</b>
“legalização da <i>cannabis</i> ”	1
“ <i>cannabis</i> medicinal”	50
“maconha no Brasil”	37
<b>Total</b>	<b>88</b>

Após a obtenção dos 88 resultados, foram lidos os títulos dos artigos e os repetidos e artigos fora do contexto foram descartados, totalizando 36 artigos a serem analisados. De acordo com o objetivo inicial desta revisão, foi realizada leitura dos resumos dos 36 artigos obtidos nas buscas, sendo descartados aqueles que não abordavam a temática da *cannabis* medicinal ou sua legalização. Assim, os 10 artigos foram lidos na íntegra e selecionados. A seleção dos 10 artigos seguiu critérios específicos para garantir a relevância e a representatividade do conteúdo para os objetivos da pesquisa. Foram priorizados os artigos que forneceram informações específicas sobre o uso terapêutico da *cannabis* no Brasil, incluindo estudos clínicos realizados no país ou relatos de experiências de pacientes brasileiros. Artigos que apresentaram análises sobre a legislação brasileira relacionada à *cannabis* medicinal e seu impacto na disponibilidade e acessibilidade dos produtos foram considerados relevantes e incluídos na análise.

Também foram mantidos os estudos que examinaram os efeitos terapêuticos da *cannabis* em condições de saúde prevalentes ou de interesse particular para a população brasileira. Os artigos que ofereceram uma análise detalhada da legislação brasileira relacionada à *cannabis* medicinal e discutiram suas implicações práticas para pacientes, profissionais de saúde e outros envolvidos foram incluídos na pesquisa. Além disso, foram considerados importantes os artigos que apresentaram relatos de casos clínicos ou experiências sociais relevantes para o uso da *cannabis* medicinal no contexto brasileiro. Assim, os 10 artigos selecionados representam uma amostra diversificada e abrangente da literatura sobre o uso da *cannabis* medicinal no Brasil, contribuindo para a compreensão e a análise aprofundada deste tema.

A tabela 2, a seguir, mostra os artigos obtidos nas buscas, indicando seus autores, o ano de publicação e um código criado para facilitar a leitura deste trabalho. Os artigos estão dispostos na tabela em ordem alfabética dos seus respectivos títulos.

**Tabela 2.** Relação dos artigos obtidos nas buscas

<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Ano</b>
Anseios e devaneios: a memória social envolta ao progresso de	ELIAS, J. S. J; OLIVEIRA, B. M. J. F. & BARBOSA, M. N. R.	2020

legalização da maconha para fins medicinais no Brasil		
Aspectos terapêuticos de compostos da planta Cannabis sativa	HONÓRIO, K. M.; ARROIO, A. & SILVA, A. B. F.	2006
Canabinoides e Epilepsia: potencial terapêutico do canabidiol	CARVALHO, C. R; FRANCO, P. L. C; EIDT, I; HOELLER, A. A. & WALZ, R.	2017
Cannabis Medicinal na Neurologia Clínica: Uma Nuvem de Incertezas	CARNEIRO, D. R; MORGADINHO, A. S.	2019
Cefaleia crônica e uso de canabinoides: mitos e verdades	SANTIAGO, N. M. & LIMA, Y. M.	2023
Exploração farmacológica do sistema endocanabinoide: novas perspectivas para o tratamento de transtornos de ansiedade e depressão?	SAITO, V. M; WOTJAK, C. T; MOREIRA, F.	2010
Legislação atual sobre cannabis medicinal. Histórico, movimentos, tendências e contratendências no território brasileiro	MARTINS, D. A. & POSSO, I P.	2023
O uso do canabidiol no tratamento da epilepsia	MATOS, R. L. A; SPINOLA, L. A; BARBOZA, L. L; GARCIA, D. R; FRANÇA, T. C. C. & AFFONSO, R. S.	2017
Regulamentação e criminalização das drogas no Brasil	NETO, A. G. C & FILHO, A. B	2023
Uso terapêutico da Cannabis sativa: Uma breve revisão	NASCIMENTO, A.G.T. P & DALCIN, M.F.	2019

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica e a revisão da legislação atual sobre a Cannabis sativa no Brasil ressaltam a importância crescente de sua utilização medicinal. Historicamente, o uso de

substâncias psicoativas no Brasil está profundamente enraizado em práticas culturais, evoluindo desde os primeiros habitantes até os tempos coloniais. No entanto, a marginalização do consumo de cannabis, especialmente associado às práticas culturais dos escravos, contribuiu para sua estigmatização e posterior criminalização. Compreender essa história é crucial para desenvolver políticas de drogas mais justas e inclusivas, que reconheçam os impactos sociais e culturais da criminalização da cannabis.

A legislação brasileira começou a evoluir com a ANVISA, que em 2019 autorizou a fabricação e importação de produtos à base de cannabis para fins medicinais. No entanto, as restrições e burocracias atuais ainda representam um obstáculo significativo para muitos pacientes que poderiam se beneficiar desses tratamentos.

Para maximizar os benefícios terapêuticos da cannabis e promover uma abordagem mais progressiva e centrada no bem-estar dos cidadãos, é essencial melhorar a flexibilidade da legislação para fins medicinais. Reduzir a burocracia e facilitar o acesso legítimo aos tratamentos à base de cannabis pode não só aumentar a qualidade de vida dos pacientes, mas também estimular o desenvolvimento econômico e industrial, criando empregos e oportunidades de negócios.

A inclusão da cannabis medicinal no arsenal terapêutico brasileiro, com base em robustas evidências científicas, justifica a necessidade de regulamentações adequadas e acessíveis. Estas devem garantir que os produtos sejam prescritos de maneira responsável e que os pacientes tenham acesso fácil e eficiente aos tratamentos. Com uma estrutura legal mais inclusiva e específica, o Brasil pode alinhar-se às tendências globais, promovendo uma sociedade mais saudável, justa e economicamente dinâmica.

## REFERÊNCIAS

ANVISA. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Publicada norma sobre produtos derivados da Cannabis. Portal Anvisa, 2019.

CARNEIRO, D. R; MORGADINHO, A. S. Cannabis Medicinal na Neurologia Clínica: Uma Nuvem de Incertezas. **Sinapse**, v. 19, n. 3-4, p. 104- 113, out-dez, 2019

CARVALHO, C. R.; FRANCO, P. L. C.; EIDT, I.; HOELLER, A. A. & WALZ, R. Canabinoides e Epilepsia: potencial terapêutico do canabidiol. **VITTALLE - Revista de Ciências da Saúde**, v. 29, n. 1, p. 54 - 63, 2017.

ELIAS, J. S. J.; OLIVEIRA, B. M. J. F. & BARBOSA, M. N. R. Anseios e devaneios: a memória social envolta ao progresso de legalização da maconha para fins medicinais no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, p. 63-81, 2020.

HONÓRIO, K. M.; ARROIO, A. & SILVA, A. B. F. da. Aspectos terapêuticos de compostos da planta Cannabis sativa. **Química nova**, v. 29, n. 2, p. 318-325, 2006.

MATOS, R. L. A.; SPINOLA, L. A.; BARBOZA, L. L.; GARCIA, D. R.; FRANÇA, T. C. C. & AFFONSO, R. S. O uso do canabidiol no tratamento da epilepsia. **Revista Virtual de Química**, Niterói, v. 9, n. 2, p. 786 - 814, 2017.

NASCIMENTO, A.G.T. P & DALCIN, M.F. Uso terapêutico da Cannabis sativa: Uma breve revisão. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**, v. 27, n. 2, p.164 - 169, 2019

MARTINS, D. A. & POSSO, I P. Legislação atual sobre cannabis medicinal. Histórico, movimentos, tendências e contratendências no território brasileiro. **BrJP**, 2023.

NETO, A. G. C & FILHO, A. B. Regulamentação e criminalização das drogas no Brasil. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 40, p. e220150, 2023.

SAITO, V. M; WOTJAK, C. T; MOREIRA, F. Exploração farmacológica do sistema endocanabinoide: novas perspectivas para o tratamento de transtornos de ansiedade e depressão? **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 32, p. 7-14, 2010.

SANTIAGO, N. M. & LIMA, Y. M. Cefaleia crônica e uso de canabinoides: mitos e verdades. **BrJP**, 2023.